



Índice

- 01** [Agricultores familiares recebem R\\$ 21,8 milhões em janeiro](#)
- 02** [Apinajés negociam fim do bloqueio da TO-210](#)
- 03** [Polícia investiga depredação de igreja em área próxima a indígenas no RS](#)
- 04** [Indígenas que protestavam contra desmatamento desocupam TO-210](#)
- 05** [Ação civil pública é ajuizada para demarcar terras quilombolas, em RO](#)
- 06** [Eduardo Cunha promete recriar Comissão Especial da PEC215](#)
- 07** [Latifúndio produtivo: Índios de Roraima querem ser produtores rurais](#)
- 08** [Linha de energia para ligar Roraima ao País vira embate entre ministérios](#)
- 09** [Cercada por latifúndios, população xavante resiste, mas exige políticas públicas](#)
- 10** [Seleção de Tiro com Arco recebe primeiro atleta indígena](#)
- 11** [Natura estreita parceria com ribeirinhos da Amazônia](#)
- 12** [Governo federal inicia compra de sementes de agricultores familiares](#)
- 13** [Projeto multimídia propõe reflexão sobre questão indígena](#)
- 14** [MPE obriga União e Funai demarcarem terras indígenas em MS](#)
- 15** [Justiça dá prazo para União reintegrar indígenas em território tradicional](#)
- 16** [MPF/RO ajuíza ações para que terras quilombolas sejam demarcadas](#)
- 17** [Justiça barra obras de usina entre PA e MT](#)



-
- 18** Marçal Guarani: uma voz que não se calará
 - 19** União deve pagar arrendamento aos produtores que tenham propriedades invadidas por índios no Mato Grosso do Sul
 - 20** Índios yanomami invadem Secretaria de Saúde Indígena em Roraima
 - 21** Ministério Público pressiona por ampliação de Terra Indígena no Tocantins
 - 22** Ruralistas defendem eleição de Eduardo Cunha
 - 23** Armados, índios ocupam Secretaria de Saúde Indígena em RR
 - 24** Elias Ishy destaca a importância das mobilizações sociais
 - 25** União deve demarcar terras indígenas e indenizar fazendeiros por áreas ocupadas em MS
 - 26** A importância das florestas
 - 27** Indígenas ocupam Sesai e reivindicam melhorias na saúde, em Roraima
 - 28** Justiça barra megaobra em local sagrado para índios
 - 29** Indígena acreano condena projeto de REDD e acusa Governo e ONGs de "comprarem" parentes
 - 30** Emater de Capanema recebe comitiva de índios Tembé



Agricultores familiares recebem R\$ 21,8 milhões em janeiro

SÍTIO PORTAL BRASIL, 16.01.2015

Recursos não reembolsáveis são investidos em atividades produtivas. Produtores também recebem assistência técnica

Agricultores familiares que participam do Programa de Fomento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) receberão em janeiro a primeira parcela dos recursos para investimento em seus projetos produtivos.

Com a finalidade de aumentar a produção, a qualidade e o valor do plantio e da criação de animais, serão repassados neste mês R\$ 21,8 milhões para 22,5 mil famílias.

A ação, desenvolvida pelo MDS junto com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), transfere recursos não reembolsáveis para que as famílias invistam em atividades produtivas com a orientação dos técnicos da Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater).

Os técnicos de Ater são contratados pelo MDA, por meio de editais de chamadas públicas. Já os recursos financeiros são transferidos pelo MDS diretamente aos beneficiários, por meio do cartão do Bolsa Família, seguindo o calendário de pagamento.

Entre janeiro de 2012 e dezembro de 2014, 147 mil famílias foram incluídas no programa, que tem como objetivo gerar renda e aumentar e diversificar a produção de alimentos dos beneficiários.

Participam do programa famílias de agricultores, assentados da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda per capita mensal de até R\$ 77.

São duas modalidades para a transferência dos recursos no Programa de Fomento. Na modalidade Fomento BSM, as famílias em extrema pobreza recebem o valor de R\$ 2,4 mil.

Já a modalidade Fomento Semiárido transfere R\$ 3 mil às famílias em situação de extrema pobreza e de pobreza (com renda per capita mensal de até R\$ 154). Essas famílias do Semiárido têm tecnologias sociais de armazenamento de água para produção.

Investimentos

Das mais de 147 mil famílias que participam do Programa de Fomento, 89 mil já receberam a

CONT.



totalidade dos recursos financeiros e puderam, com o apoio dos técnicos de Ater, desenvolver todas as etapas dos projetos produtivos.

Ao receber a integralidade dos R\$ 2,4 mil, as famílias acessam oportunidades de trabalho e de geração de renda, conseguindo ampliar o patrimônio produtivo, com a construção de galinheiros e a implantação de hortas e de viveiros, por exemplo.

O programa tem possibilitado também a ampliação e a diversificação da produção de alimentos e a geração de renda, por meio da comercialização do excedente de produtos nos mercados locais e com os programas governamentais - Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Apinajés negociam fim do bloqueio da TO-210

SÍTIO SURTIU REDAÇÃO, 17.01.2015



Indígenas da etnia Apinajé se comprometeram a desocupar, no final da tarde de hoje, a rodovia TO-210, próximo a Tocantinópolis, no Extremo-Norte do Estado, bloqueada desde ontem. A interdição aconteceu em protesto contra o desmatamento de terras na região do entorno de suas aldeias para a plantação de eucaliptos.

Outra pauta dos indígenas é a reabertura do processo de demarcação e regularização fundiária da área apinajé II, que segundo eles, não foi incluída na demarcação realizada em 1985.

Foto: Roberlan Barbosa/DivulgaçãoFonte: Mara Santos – JTO.

Polícia investiga depredação de igreja em área próxima a indígenas no RS

SÍTIO GLOBO.COM (G1), 17.01.2015

Moradores de Faxinalzinho culpam índios, mas cacique nega acusação.
Há cerca de uma semana, carro conduzido por indígena danificou o local.

Do G1 RS



Fachada da Igreja foi destruída em Faxinalzinho
(Foto: André Medeiros/RBS TV)

A Polícia Civil investiga a depredação de uma igreja católica em Faxinalzinho, Norte do Rio Grande do Sul. Moradores culpam os índios que vivem na região, mas o cacique nega as acusações, como mostra o RBS Notícias ([confira no vídeo](#)).

Há cerca de uma semana, um carro dirigido por um índio já havia danificado uma das marquises da igreja. Na região, moram quase 2 mil indígenas, divididos em uma reserva e um acampamento, localizado a cerca de 200 metros do templo religioso.

O cacique nega as acusações, mas confirma o incidente com o veículo e garante que o envolvido já foi punido por isso. As missas e celebrações foram suspensas por tempo indeterminado.

A região é marcada por tensão entre agricultores e índios. Em abril do ano passado, dois agricultores foram mortos próximo à estrada que liga Faxinalzinho a Erval Grande. No início do mês seguinte, cinco índios, incluindo o cacique, foram presos preventivamente e liberados após 40 dias. Segundo informações da polícia, as vítimas morreram após tentarem furar um bloqueio imposto por indígenas em estradas da região para reivindicar a demarcação de terras.

Indígenas que protestavam contra desmatamento desocupam TO-210

SÍTIO GLOBO.COM (G1), 17.01.2015

Rodovia estava bloqueada pelos Apinajés desde quarta-feira (15).

Indígenas dizem que território está sendo desmatado para plantio de eucalipto.



Índios ocuparam TO-210 para realizar protesto contra desmatamento de território apinajé
(Foto: Divulgação/MPF-TO)

O trecho da rodovia TO-210 nas proximidades de Tocantinópolis, a 517 km de Palmas, foi liberado da ocupação pelos indígenas apinajé que protestavam que um território ocupado por eles foi desmatado para o plantio de eucalipto. A desocupação aconteceu nesta sexta-feira (16) e os índios haviam bloqueado a rodovia para fazer a manifestação desde a última quarta-feira (15) após intermediação do Ministério Público Federal (MPF).

Segundo informações do MPF, a procuradora da República Ludmilla Vieira de Souza Mota reuniu-se com as lideranças indígenas no local da ocupação e para resolver o impasse irá realizar uma audiência pública em fevereiro com participação do Naturatins, Funai, Ibama e indígenas apinajé e krahô, para debater a situação dos licenciamentos ambientais concedidos no entorno de terras indígenas. Conforme o MPF, o objetivo da audiência pública será esclarecer como os licenciamentos ambientais são feitos, se há obediência à Instrução Normativa 01/2012 e se há análise do impacto das atividades para os indígenas.

CONT.



De acordo com o procedimento que tramita na Procuradoria da República em Araguaína (PRM-Araguaína), a área que faz limite à terra indígena apinajé no local está sendo desmatada para o plantio de eucalipto. O proprietário possui autorizações de exploração florestal emitidas pelo Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins), assim como certificado do cadastro ambiental rural. Contudo o território reivindicado pelo povo apinajé que está em processo de regularização fundiária teve as licenças concedidas sem a participação do Ibama e da Funai.

Ainda conforme o MPF, a procuradora oficiou ao Naturatins para que esclareça a situação e apresente a documentação referente às licenças ambientais concedidas às duas fazendas de propriedade de Eloisio Flávio Andrade, ambas conhecidas como Fazenda Gois I, em Tocantinópolis, limítrofes à terra indígena apinajé. Também foi questionado porque as licenças foram concedidas sem a oitiva do Ibama e da Funai e se foram analisados os impactos da atividade para os indígenas que vivem nas imediações.

Segundo informações do Naturatins, foram enviadas até as fazendas que vivem cerca de 800 índios uma equipe que autuou as fazendas por estarem desenvolvendo atividades em desconformidade com as licenças concedidas. O Ministério Público Federal irá buscar a anulação das licenças e o Naturatins garantiu que irá verificar a emissão e a viabilidade de seus cancelamentos. Com as autuações que ocorreram por volta das 16h de sexta-feira, os índios desocuparam a rodovia.



Ação civil pública é ajuizada para demarcar terras quilombolas, em RO

SÍTIO GLOBO.COM (G1), 17.01.2015

*Comunidades Forte Príncipe da Beira e Santa Fé aguardam titulação.
Pedido de MPF pede que União e Incra concluam titulação de terras.*



Segundo o MPF, o Incra afirmou que faria a regularização do território em 2010, mas até agora não concluiu o procedimento administrativo de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação de terras.

Duas ações civis públicas foram ajuizadas contra a União e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), para delimitar terras ocupadas pelas comunidades quilombolas de Forte Príncipe e Santa Fé, localizadas no município de Costa Marques, distante 735 quilômetros de Porto Velho.

O pedido foi ajuizado pelo Ministério Público Federal de Rondônia (MPF) em favor da comunidade quilombola de Forte Príncipe, que apurou com a associação da comunidade que há conflitos entre a comunidade de Forte Príncipe e o Exército Brasileiro.

Segundo o MPF, o Incra afirmou que faria a regularização do território em 2010, mas até agora não concluiu o procedimento administrativo de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação de terras.

A ação pede que o Incra conclua a titulação das terras no prazo de 120 dias, sob pena de multa diária de R\$ 10 mil, além de pedir que o Exército não dificulte a execução de políticas públicas e prestação de serviços públicos em favor da comunidade. Se o pedido for autorizado, a Justiça pode determinar multa de 50 mil reais ao Exército, caso descumpra a medida.

Comunidade de Santa Fé

Já para a comunidade de Santa Fé, a ação civil pública pede que o Incra finalize a demarcação e titulação das terras da comunidade quilombola de Santa Fé, também em Costa Marques, no prazo de 60 dias, sob multa diária de R\$ 10 mil em caso de descumprimento.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 9/ 2015

Brasília, 19 de janeiro de 2015.

De acordo com o MPF, servidores fizeram estudos na área em 2008, após recomendação do MPF. Em dezembro de 2013, o Incra apresentou o relatório antropológico da comunidade, documento necessário para a regularização fundiária da comunidade, mas ainda faltam outros documentos para a conclusão do processo.

Eduardo Cunha promete recriar Comissão Especial da PEC215

SÍTIO QUESTÃO INDÍGENA ONLINE, 17.01.2015



Cunha X Chinaglia

Os parlamentares ligados ao setor rural devem votar em peso no candidato do PMDB à Presidência da Câmara dos deputados, Eduardo Cunha. Desafeto da Presidente Dilma Rousseff, que já declarou sentir náuseas na presença do pmdbista, Cunha disputa a presidência da casa com o deputado Arlindo Chinaglia, do PT.

A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) divulgou nota na qual recomenda o voto em Cunha. "Estamos confiantes de que, eleito, Eduardo Cunha reconhecerá o nosso peso e abraçará as nossas causas. Por isso mesmo é que estamos recomendando nele votar", diz a nota.

Cunha disse ao jornal O Estado de São Paulo que as pautas dos ruralistas serão analisadas, caso seja eleito. Como exemplo, disse que recriará a comissão que discute as regras de demarcação de terras indígenas.

O Presidente da Câmara tem o poder de controlar a pauta da casa. As matérias andam ou são engavetadas por decisão do Presidente. A Comissão Especial da PEC215 foi criada pelo ex presidente Henrique Eduardo Alves em cumprimento a uma promessa de campanha semelhante. Se Cunha vencer a eleição vai ter festa no salão.

Pau que dá em Chico, dá em Francisco.

Agora, se o candidato do PMDB for derrotado pelo PTista, Alindo Chinaglia, podem esquecer a PEC215. Chinaglia fará apenas o que o Governo mandar e o Governo já disse que não quer debater a PEC.

O destino na PEC 215 será definido e selado no próximo dia 1º de fevereiro, data da eleição do Presidente da Câmara.

Latifúndio produtivo: Índios de Roraima querem ser produtores rurais
SÍTIO QUESTÃO INDÍGENA NEWS, 17.01.2015



Raposa Serra do Sol (RR) - Criação de gado na comunidade indígena de Terra Branca.
Foto: Wilson Dias, Agência Brasil

Representantes de organizações indígenas se reuniram com o recém empossado Secretário do Índio, Ozélio Messias Macuxi. Os índios falaram dos principais problemas que as comunidades vêm enfrentando ao longo dos últimos anos e pediram inserção dos índios no setor produtivo rural do estado.

Participaram da reunião, 12 representantes de organizações, associações e cooperativas indígenas de Roraima. Todos criticaram os últimos governos e reclamaram do abandono e da falta de políticas públicas, o que teria provocado, segundo eles, a migração de centenas de índios, que trocaram suas comunidades pela Capital, em busca de uma vida melhor, o que muitas vezes não ocorre.

"O índio abandona suas terras porque não há Educação e Saúde. Eles passam então a morar na cidade sem a menor condição de sobrevivência. E isso é prejudicial à nossa cultura. Precisamos de apoio para produzir e morar em nossas terras", reivindicou uma das representantes indígenas.

O secretário escutou todas as reclamações e disse que vai colocar tudo no papel para poder adotar as medidas cabíveis. "Escutamos os anseios dos parentes e agora verificaremos todas as situações", disse o secretário que também é indígena.

CONT.



A inserção do índio no setor produtivo talvez seja a saída mais viável para o problema. Mas para que isso ocorra é preciso que o poder público adote as medidas necessárias para o setor. O novo governo, segundo Messias, já trabalha em vários projetos voltados para a produção agrícola e pecuária nas áreas indígenas.

“Há quatro anos que os índios de Roraima vêm sofrendo pela ausência do poder público. É preciso alavancar o setor produtivo em terras indígenas, a partir de políticas públicas”, observou o Ozélio Messias.

Roraima tem 50 mil índios, o que representa 12% da população, e as terras indígenas ocupam 46% da área do Estado. “Imagina se todos esses parentes começarem a produzir. Temos força de trabalho e terras, mas faltam políticas públicas para alavancar a produção”, lamentou.

O secretário avisou que a gestão dele será pautada pela parceria. Ainda este ano, os índios produtores receberão cursos de capacitação agropecuária e insumos para começarem a produção de frutas e grãos. A pecuária também é outro setor bem explorado, principalmente, pelos índios que vivem ao Norte do estado.

Técnicos da SEI já trabalham na implantação do projeto Gado Novo. A proposta é aumentar o rebanho nas comunidades indígenas até o final do ano. Os índios roraimenses têm hoje 65 mil cabeças de boi, e para aumentar a quantidade, Messias adiantou que serão introduzidas novas matrizes no rebanho.

Produção agropecuária em terras indígenas é um tabu entre os indigenistas. A maioria prefere que os índios vivam apenas em sua vida idílica tradicional em harmonia com a natureza. Sempre que os índios tentam algo diferente, em geral, são admoestados pelos indígenas.

Linha de energia para ligar Roraima ao País vira embate entre ministérios

SÍTIO D24AM, 18.01.2015

O imbróglio gira em torno dos 121 quilômetros do linhão que atravessariam a reserva Waimiri Atroari

Estadão Conteúdo / portal@d24am.com



Linha que atravessa o Amazonas irá até Roraima, o último Estado que ainda não compõe o Sistema Interligado Nacional.
Foto: Divulgação/ALE

São Paulo - O drama que tomou conta do projeto elétrico de interligação de Roraima ao restante do País passou a ser tratado entre os Ministérios de Minas e Energia e da Justiça. Uma semana antes de deixar o cargo, em 23 de dezembro, o então ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, enviou carta ao colega da Justiça, José Eduardo Cardozo, cobrando uma atitude para dar fim à novela que afeta aquele Estado.

Na carta, obtida pelo jornal 'O Estado de S. Paulo', Lobão detalha as dificuldades de abastecimento energético de Roraima, diz que o Ibama já aprovou o projeto, mas acrescenta

CONT.



que ainda depende de manifestação conclusiva da Fundação Nacional do Índio (Funai), autarquia vinculada ao Ministério da Justiça. E afirma que “em virtude das dificuldades expostas”, precisa do “apoio necessário do Ministério da Justiça com o objetivo de que possamos equacionar o assunto”.

A carta é acompanhada de um histórico sobre o projeto e suas consequências. O imbróglio gira em torno de conflitos indígenas: 121 quilômetros da linha de transmissão teriam de passar dentro da terra indígena Waimiri Atroari.

O Ministério de Minas e Energia afirma que, só neste ano, será preciso gastar mais de R\$ 445 milhões com geração térmica de energia para abastecer a capital Boa Vista e região por causa da falta da ligação com o País. Também ressalta que, caso seja interrompido o fornecimento atualmente feito pela Venezuela, o custo para o setor elétrico pode ultrapassar R\$ 1 bilhão.

Três semanas antes da carta, reportagem do jornal revelou que o consórcio Transnorte Energia, formado por Eletronorte e Alupar, avaliava a possibilidade de devolver a concessão da linha de transmissão que ligará Boa Vista a Manaus em razão dos problemas que tem enfrentado há mais de três anos.

Em janeiro do próximo ano, Roraima deixaria de ser o único Estado brasileiro a não participar do sistema integrado nacional, eliminando sua dependência de térmicas a petróleo e da importação de energia da vizinha Venezuela.

Cercada por latifúndios, população xavante resiste, mas exige políticas públicas
SÍTIO REDE BRASIL ATUAL, 18.01.2015

Programas sociais chegaram aos indígenas, mas não foram suficientes para baixar a mortalidade infantil, combater a desnutrição e garantir atendimento médico para a população

Por Sarah Fernandes, da RBA.



Só até agosto, 56 crianças morreram no primeiro ano de vida a cada mil nascidas vivas, mais que em Gana e Namíbia

São Paulo — Com altos índices de mortalidade infantil e subnutrição, baixa expectativa de vida e ocorrências de doenças praticamente já erradicadas do restante do país, os xavantes da terra indígena de Parabubure, no Mato Grosso, são um dos desafios para o segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff, que tem como prioridade zerar a miséria do país. Cercados por fazendas pujantes pelo agronegócio, que alteraram drasticamente o meio ambiente e o modo de vida tradicional, eles resistem em um bolsão de pobreza, onde os programas sociais dos governos PT chegaram, mas não foram suficientes para resolver em definitivo os problemas.

O Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Xavante tem pelo menos 17 mil pessoas, divididas em seis terras indígenas – uma delas Parabubure – e 242 aldeias, que chegam a

CONT.

distar dias de viagem uma das outras. A grande maioria delas não tem energia elétrica nem água encanada. Ao todo, 400 profissionais da saúde, entre enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem, dentistas, agentes de saúde, agentes sanitários e 15 médicos – oito deles do programa Mais Médicos – tem o desafio de promover atenção básica, garantindo o atendimento universal do SUS sem interferir na cultura tradicional xavante. Para isso, pelo menos 80% da equipe é composta por indígenas.

Um dos problemas mais graves é a ainda elevada taxa de mortalidade infantil. Só até agosto, 56 crianças morreram no primeiro ano de vida a cada mil nascidas vivas. No ano passado, foram 48 mortes para cada mil, superando países como Quênia (44), Gana (47), Namíbia (46) e Zimbábue (28). No restante do Brasil, no entanto, o índice caiu em mais de 70%, passando de 62 em 1990 para 14 em 2012, segundo um relatório do Unicef, lançado em setembro do ano passado. “A mortalidade infantil ainda é grande entre os indígenas em todo país e uma das principais causas aqui nos xavantes é a desnutrição”, afirma o coordenador do distrito, Cláudio Rodrigues.

Um dos problemas mais graves é a ainda elevada taxa de mortalidade infantil. Os xavantes mantêm a segunda maior taxa de mortalidade infantil do país, atrás apenas dos também indígenas Yanomamis, que vivem em regiões de difícil acesso na Amazônia. No restante do Brasil, no entanto, o índice caiu em mais de 70%, passando de 62 em 1990 para 14 em 2012, segundo um relatório do Unicef, lançado em setembro do ano passado. “A mortalidade infantil ainda é grande entre os indígenas em todo país e uma das principais causas aqui nos xavantes é a desnutrição”, afirma o coordenador do distrito, Cláudio Rodrigues.

Apesar das dificuldades, os xavantes são muito bem sucedidos na manutenção da sua cultura, que enche os olhos dos brancos: a língua materna e principal é o próprio xavante. O português vem depois, na escola, como segundo idioma. Apesar do uso de roupas já ser comum, exibem orgulhosos adornos tradicionais, como as gravatas de corda e pena, os brincos de madeira e os cordões de palha de buruti enrolados ao redor os pulsos e dos tornozelos.



Crianças: desnutrição é o principal problema entre os xavantes; Bolsa Família não tem sido suficiente para suprir necessidades

Os meninos, quando fazem por volta de 13 anos, saem da casa dos pais e vão viver todos juntos na Hö, ou em português, 'Casa do Adolescente', onde irão aprender, durante sete anos, a cultura tradicional xavante. Encerrado o período, ocorre o ritual de furação da orelha, uma das festas mais fortes e tradicionais dos xavantes. A partir daí os meninos recebem um par de brincos e estão prontos para casar e assumir o papel de homens na tribo. Sendo um povo tradicionalmente guerreiro, participarão das árduas corridas com as toras de buriti nas costas e das lutas entre os dois clãs que dividem as aldeias: âwawẽ e po'reza'õno.



“O governo tem que dar mais atenção para o índio. Quem está destruindo o país é o branco, não o índio. Antigamente, nos anos 1970 e 1980, no rio que corre em frente minha aldeia era fartura de pintado e de todo tipo de peixe. Hoje você não vê nenhum matrinxã (peixe muito comum na região)”, critica a indígena Ângela Rootsitsimro Tsupto, que vive na aldeia Três Marias. “Agora o índio tem que comprar peixe em Campinápolis e está muito caro. Qualquer um é R\$ 25 reais. Só quem trabalha, é aposentado ou recebe Bolsa Família consegue, e ainda assim só um pouquinho.”

Os xavantes são originalmente nômades, mas foram forçados a se fixar em uma terra delimitada, cercada por grandes propriedades de terra, ora improdutivas, ora pujantes pelo agronegócio, que alteraram completamente o meio ambiente, secando rios, espantando a caça e empobrecendo o solo. A única alternativa é comprar os alimentos na cidade de Campinápolis, há 60 quilômetros da aldeia mais próxima, chamada São Pedro. O dinheiro vem de trabalhos vinculados a órgãos do governo federal, em geral de professores e agentes comunitários de saúde, ou do Bolsa Família, principal fonte de renda dos indígenas.

O resultado é uma alimentação pobre, baseada em carboidratos industrializados como arroz e farinha, que substituíram comidas tradicionais como farinha de mandioca brava, cará, peixes e feijão e milho xavantes. Nesse cenário, se multiplicaram casos de diabetes e hipertensão e as consequentes decorrências dessas doenças, que vão de amputações à cegueira.

Nos últimos 20 anos, Dilma foi a presidenta que menos desapropriou imóveis para reforma agrária, de acordo com a Comissão Pastoral da Terra. No seu segundo mandato, a ministra da Agricultura será a polêmica senadora Katia Abreu (PMDB-TO), que há seis anos é presidenta da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e que presidiu a bancada ruralista no Congresso Nacional. Ela é considerada o “símbolo do agronegócio” pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

“Hoje é muito difícil de arrumar caça, porque só tem fazenda em volta. Antes era mato, e eles coletavam frutas, mandiocas, batatas e caçavam animais silvestres. O xavante nunca foi de fazer roça. Isso é muito contraditório porque os órgãos do governo querem fazer arados de terra e plantações enormes, mas isso não é da cultura deles. É um hábito que precisa ser introduzido”, diz a responsável pelo Programa de Saúde Mental do DSEI Xavante, Ana Cristina Ferreira.

“O problema dos xavantes é um só: comida. Somos a segunda população do país com maior mortalidade infantil, perdendo apenas para os Yanomamis, mas eles estão em uma região mais isolada, onde só é possível chegar por via aérea. Aqui é tudo terrestre”, afirmou uma enfermeira que não quis se identificar, durante uma reunião de profissionais de saúde indígena, realizada em agosto. “É muito difícil tratar uma criança desnutrida na aldeia, porque ela precisa de oferta de alimentos que elas não têm. Às vezes levamos a suplementação alimentar, mas, pela cultura xavante, todos os membros da família acabam consumindo e a criança que precisa fica sem”, conta.

CONT.



Para contornar o problema, a coordenação do distrito sanitário Xavante está organizando encontros com diferentes órgãos do poder público, para discutir a desnutrição infantil entre os indígenas. A principal proposta é desenhar um programa que introduza roçados e criação de animais nas aldeias, munindo os indígenas de conhecimento técnico, ferramentas e sementes. "Dinheiro, cesta básica, Bolsa Família, tudo isso ajuda, mas acredito que não seja a principal solução. O ideal seria um projeto de incentivo ao plantio dentro das reservas e de criação de peixe, galinha e vaca. A ideia é financiar o plantio e promover capacitação de como cultivar a terra, para que depois, com o tempo, eles deem sequência a isso. Terra tem, água tem, o que falta é o incentivo, verba e capacitação", diz Rodrigues.

As barreiras culturais também impactam, e muito, nos altos índices de mortalidade infantil causada pela subnutrição. Em uma cultura de muita submissão da mulher, as xavantes são entendidas como procriadoras e os filhos pertencem aos homens, que podem inclusive se relacionar com outras mulheres. "Quando há um rompimento na relação, a mulher, para chamar a atenção do marido, abandona o filho. Temos muitos óbitos nutricionais porque a mãe se nega a dar alimento. Nós, como profissionais da saúde, orientamos muito, mas não podemos mudar isso, que é da cultura deles", diz a chefe da Divisão de Atenção à Saúde Indígena (DIASI), Camilla Pacheco Dutra.

É costume entre as xavantes, por exemplo, não amamentar os bebês com o leite das primeiras 24h após o parto, chamado colostro, por acreditarem que não é um alimento limpo. A criança é entregue a outra mãe para que possa ser alimentado nesse período, o que aumenta o risco de alterações na taxa de açúcar no sangue dos recém-nascidos. "O pai e a mãe às vezes seguram a criança para ela não ser removida para um hospital e tentam salvar na pajelança. Quando eles veem que está muito grave liberam, mas aí muitas vezes já não tem mais jeito", diz Rodrigues.

As gestações raramente são anunciadas e acabam sendo descobertas quando os enfermeiros, nas visitas, encontram as mulheres com as barrigas já salientes. Assim, é comum que elas acabam perdendo os primeiros meses do pré-natal. A tentativa então é conseguir garantir pelo menos três consultas, uma em cada trimestre da gestação. "Nós não estamos aqui para mudar a cultura deles, mas para nos adequarmos. O fundamental é criar vínculo entre o indígena e a equipe de saúde. Assim, ao invés de mudar a cultura deles a gente pode fazer com que tenham acesso mais fácil a equipe, em uma relação de confiança. Se eles não confiam, não aderem às recomendações médicas", diz Camila.

Alimentação e saúde

O atendimento médico ocorre principalmente pelo Programa Saúde da Família, que visa prevenir doenças e promover a saúde. Na prática, as ações encontram algumas barreiras: há, por exemplo, um enfermeiro para uma média de 20 aldeias, que chegam a ficar a um dia de distância uma das outras, dificultando as visitas às aldeias. Apesar de receberem um salário maior que o dos demais profissionais, há muita rotatividade entre os brancos que trabalham com saúde indígena, pela dificuldade do trabalho.

CONT.

“Se formos levar em conta a relação preconizada pelo SUS, de um médico para cada 2 mil pessoas, hoje teríamos o suficiente, mas na prática não é. Estamos em aldeias em regiões de difícil acesso. É diferente ter pessoas aglomeradas em uma cidade e ter uma população espalhada em hectares e hectares de terra”, diz Rodrigues. Uma das estratégias do DSEI Xavante tem sido redistribuir as equipes de profissionais, de forma a impedir que, por exemplo, dois enfermeiros sejam responsáveis por uma área com 32 aldeias enquanto, em outro local, cinco profissionais se dividam em 20 comunidades, como ocorre hoje.



Habitacões com luz elétrica: exceção entre 17 mil pessoas, divididas em 6 terras indígenas, uma delas Parabubure, e 242 aldeias

“Essas doenças com as quais eles estão sofrendo hoje, como diabetes e hipertensão, provavelmente não seriam um problema se no passado houvesse esse trabalho de prevenção, de acesso à alimentação saudável e de acesso à informação para os indígenas, que são a prioridade da nossa gestão”, diz Ana Cristina.

Nesse cenário, a maioria dos problemas de saúde que já afetaram os xavantes dependendo de especialistas e acessá-los é um desafio. Os indígenas são encaminhados para a Casa do Índio (CASAI) de Campinópolis, Barra do Garça ou Brasília, onde ficam hospedados até conseguirem atendimento em um hospital público, uma jornada que pode durar meses e que representa um rompimento dos indígenas com seu modo de vida tradicional e com o sustento da família. Na região, o tempo médio de espera de para uma consulta com oftalmologista chega a dois anos, segundo uma enfermeira, que também não quis se identificar.

“Antigamente a natureza oferecia alimentação saudável; agora o índio mora em uma terra

CONT.



delimitada, cercado pelos fazendeiros e a natureza não está oferecendo mais o que os nossos antigos tinham para se alimentar. O mais problemático é a diabetes, que faz a gente doer tudo lá dentro”, diz a indígena Ângela. “E saúde não é só alimentação. Saúde é ter água encanada, que não temos. Saúde é ter teto digno, mas aqui as casas são todas de palha.”

Em um cenário de precariedade sanitária, doenças praticamente já erradicadas no restante do país continuam se proliferando entre os xavantes: tuberculose, escabiose e leishmaniose, que até agosto somava 26 casos no polo e, em 2013, 45 casos. Outro problema grave são os casos de alcoolismo. De um tempo para cá, o problema deixou de se concentrar apenas nos homens e passou a atingir também as mulheres, inclusive as adolescentes.

Um dos focos mais graves é na aldeia de Sangradouro, onde se colecionam casos de acidentes de carro, violência sexual e física e, sobretudo, perda da identidade cultural e enfraquecimento do modo de vida tradicional, tudo agravado pelo consumo abusivo de álcool. Para combater o problema, estão sendo articuladas ações em conjunto com o Ministério Público, a Polícia Federal, a Fundação Nacional do Índio (Funai), o Ministério da Educação, as prefeituras da região e o governo do Mato Grosso.

“Lembro sempre de uma fala de um cacique muito sábio, que disse; ‘o povo xavante está ficando burro e cego. O branco quer que o índio beba mesmo. Quer vê-lo adoecer e morrer para tomar suas terras. Como o índio vai defender sua terra bêbado?’”, conta Ana Cristina. “Muitas pessoas pesam que o índio tem que ficar no mato, tem que plantar, tem que caçar, mas não percebem que as culturas evoluem historicamente. Se eu trabalho e tenho salário, por que o índio não pode? As vezes o branco tem a intenção de preservar mais a cultura do índio do que o índio.”



Seleção de Tiro com Arco recebe primeiro atleta indígena

SÍTIO CORREIO DO ESTADO, 18.01.2015

AGÊNCIA BRASIL

A Seleção Brasileira de Tiro com Arco recebeu esta semana um reforço do Baixo Rio Negro, no Amazonas. Foi convocado para treinar, o índio Dream Braga, de 18 anos integrante há dois anos do projeto Arqueria Indígena, da Fundação Amazônia Sustentável. Ele vai se juntar ao atleta Marcus Vinícius D'almeida, maior revelação do esporte nos últimos anos e vice-campeão mundial.

Dream disputa no fim de janeiro uma importante seletiva da Confederação Brasileira de Tiro ao Arco (CBTArco). O campeonato definirá os atletas para um torneio classificatório para os Jogos Pan-Americanos, que serão em julho deste ano. Com sorte e precisão, se passar na seletiva, embarcará para o Pré-Pan, em Santo Domingo, na República Dominicana, onde se torna o primeiro arqueiro indígena brasileiro em competições internacionais e inicia um longo caminho para a equipe olímpica.

Com a classificação dos arqueiros Marcus Vinícius e Daniel, a grande aposta no campeonato de Santo Domingo é Dream. "Se ele for classificado na competição aqui, ele tem que ir [para Santo Domingo], disse um dos treinadores da confederação, Evandro de Azevedo França. Segundo ele, o jovem tem potencial técnico muito bom, além de ser persistente e focado. Independente da classificação, Dream, cujo nome indígena é Yagoara Kambeba, que significa "caçador", da etnia Kambeba, alcançou um marco ao entrar para seleção, composta por mais de oito atletas, disse Márcia Lott, treinadora do projeto Arqueria Indígena, da Fundação Amazônia Sustentável, que descobriu o jovem, em peneiras em mais de 30 aldeias no Amazonas.

"O Dream é o primeiro ouro que dei, na primeira seletiva e aldeia que visitei", conta ela, otimista. "O técnico principal da equipe me pediu para tirar o passaporte dele, então, vejo que ele tem chances de passar [na competição seletiva] e ir para Santo Domingo", apostou Márcia, que administra uma equipe de 12 jovens arqueiros indígenas.

Além de Dream, participaram da seletiva da CBTArco, no Rio de Janeiro, o índio Inha, de 14 anos, do mesmo projeto, que passará um mês no centro de treinamento da seleção.

Natura estreita parceria com ribeirinhos da Amazônia

SÍTIO ARIQUEMES ONLINE, 18.01.2015

Indústria de cosméticos intensificou aproximação com fornecedores extrativistas e agora busca atrair empresas para ecoparque no Pará



Domingos e o galho de açaí; extração da semente ainda é a atividade dominante entre os ribeirinhos (Foto: Vinicius Galera de Arruda)

Em meados dos anos 2000, o agricultor Domingos da Silva Barata negociou um empréstimo junto ao Banco da Amazônia para plantar açaí em sua propriedade em Moju (PA). Com o crédito, iria “tirar” a floresta (expressão usada para derrubar a mata) para plantar açaizeiros, principal cultivo e fonte de renda dos extrativistas da região.

Nessa época, a Natura, uma das principais indústrias de cosméticos do Brasil, estava intensificando sua aproximação com fornecedores na Amazônia para o desenvolvimento de essências exclusivas. A empresa tinha lançado no começo da década uma linha específica de produtos feitos a partir de ativos da floresta e vinha contatando associações de moradores, igrejas, sindicatos e cooperativas em busca de produtores.

Por intermédio do sindicato rural de Moju, eles chegaram à Associação Jauari, ribeirinhos organizados para pleitear a chegada da energia elétrica à comunidade situada numa das margens do rio que dá nome à cidade.

Domingos era um dos associados. Por pouco não derrubou a mata. O trabalho da Natura junto aos moradores, algo que já vinha sendo feito em outras regiões amazônicas, era justamente o de convencê-los a explorar ao máximo os recursos florestais, sem prejuízo para o bioma.

A empresa vinha testando produtos que iam de castanhas até pitangas, conforme explica o agrônomo Mauro Correa da Costa. “Em 2005 a Natura vegetalizou suas fórmulas. Passamos a trabalhar sem a utilização de gordura animal e mineral. Como não queríamos trabalhar com a soja, fomos atrás de outros ativos”, brinca o engenheiro, que também é gerente de suprimentos da Natura e responsável pela intermediação com as comunidades locais.

CONT.

Biodiversidade

Como quase todos os ribeirinhos, os moradores de Jauari dedicavam-se quase que exclusivamente ao açaí, além de cultivos para a subsistência. Com a chegada da Natura, a partir de 2008 passaram a entregar outras espécies para a produção de sabonetes vegetais.

Domingos, que antes do açaí plantava banana, manga e pupunha para a alimentação, hoje entrega ucuúba, andiroba e murumuru com exclusividade para a Natura. Continua fazendo as peconhas (espécie de cinto para os pés manufaturado a partir das folhas das palmeiras) e subindo nas árvores para vender açaí aos atravessadores locais, mas não depende só disso.

A realidade de Domingos não é a de todos os extrativistas, mas seus resultados demonstram como uma parceria bem estruturada pode ser vantajosa para os envolvidos. “No começo havia muita desconfiança”, diz Mauro. O trabalho da Natura em todas as comunidades amazônicas sempre teve um viés educativo. Ao mesmo tempo em que busca a diversidade da floresta, a empresa procura conscientizar os fornecedores sobre a importância da preservação e da sustentabilidade.

Os frutos da 'planta do diabo'

Nas comunidades extrativistas da Amazônia, predomina o mercado informal. Hábitos culturais muito antigos podem representar desafios. Para se ter uma ideia, ainda hoje a virola, árvore sexagenária que pode chegar a 30 metros de altura e cujas sementes são chamadas ucuúba, é derrubada para o fornecimento de toras negociadas a cerca de R\$ 20,00.

Além disso, incontáveis espécies ainda não catalogadas na floresta. Uma semente demonstra como os ribeirinhos se conscientizaram sobre a biodiversidade. “No começo foi uma luta conseguir produtor para o murumuru. As pessoas derrubavam as árvores para ampliar o açaizal”, explica Rosualdo Tavares dos Santos, o segundo presidente da associação que hoje reúne cerca de 30 membros.



A espécie era chamada por alguns produtores de “planta do diabo” devido à enorme quantidade de espinhos que feriam os extratores de açaí. Eles não conseguiam ver como aquele estorvo poderia servir para alguma coisa.

O conhecimento permitiu o cultivo e a exploração de produtos antes desprezados. “No começo entregávamos o murumuru e, com um ano e meio [da parceria], entrou a andiroba. Neste ano veio o ucuúba”, conta Rosualdo.

CONT.



“Precisamos estabelecer várias parcerias para desenvolver o conhecimento técnico”, diz Mauro. Hoje, a Natura busca apoiar os produtores e estimular as 32 comunidades de fornecedores que mantêm na floresta amazônica (uma delas fica no Equador).

“O respeito à diversidade cultural e ambiental é fundamental para esse trabalho. Houve acertos e erros no processo, mas sempre fomos transparentes. Buscamos a geração de renda, a agregação de valor e a melhoria das vidas que estão por aqui”, resume o agrônomo.

Fábrica sustentável

Foi em torno desse conceito de aproveitamento da biodiversidade com estímulo à economia local que a Natura inaugurou, no ano passado, uma planta industrial em Benevides, também no Pará.

O chamado ecoparque é dedicado exclusivamente à produção de sabonetes vegetais feitos com produtos da Amazônia, mas a planta foi toda pensada para ser sustentável, com utilização de recursos da região e reaproveitamento de resíduos e fontes de energia. A Natura espera atrair indústrias que produzam sob o mesmo conceito, incrementando o empreendedorismo na região.

“Sozinha a Natura não vai mover uma economia de floresta em pé”, explica Renata Puchala, gerente de sociobiodiversidade do Programa Amazônia da Natura. “O interesse de atrair o parceiro é ser sustentável. A parceria só funciona nesse novo modelo de negócio, com geração de riqueza para todos”.

* O jornalista viajou ao Pará à convite da Natura.



Governo federal inicia compra de sementes de agricultores familiares

SÍTIO AQUIDAUANA NEWS, 18.01.2015

Agricultores familiares de todo o país que produzem sementes convencionais ou crioulas podem, a partir deste mês, vender sua produção para o Governo Federal por meio da modalidade Aquisição de Sementes do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), responsável pela operação da nova modalidade, publicou as regras e modelos de documentos necessários para as organizações que desejam fornecer ou receber sementes.

A aquisição de sementes já ocorria antes, dentro de outras modalidades do programa.

Com a nova modalidade, a compra e a distribuição de sementes pelo PAA passam a ter regras e limites financeiros próprios, além de orientar os processos a partir das demandas das organizações que recebem as sementes e não daquelas que produzem, como ocorria antes.

Funcionamento – As sementes adquiridas pelo governo serão doadas a famílias que tenham Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP Física), com prioridade para aquelas inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), mulheres, assentados, povos indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais.

As associações e cooperativas representantes dessas famílias deverão apresentar suas demandas a um dos órgãos definidos no decreto de criação do PAA Sementes: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Fundação Nacional do Índio (Funai), Fundação Cultural Palmares (FCP), Instituto Chico Mendes (ICMBIO), além das Secretarias Estaduais de Agricultura ou empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater).

Esses órgãos serão responsáveis pela elaboração de um Plano de Distribuição, que será enviado à Conab e servirá de referência para a aquisição das sementes. Cabe a eles também receber e distribuir as sementes adquiridas.

Os processos de aquisição pela Conab poderão ser feitos diretamente com as organizações de produtores – até R\$ 500 mil – ou por meio de chamada pública – para contratos a partir de R\$ 500 mil. Cada organização poderá fornecer até R\$ 6 milhões por ano ao PAA Sementes, sendo que o limite por agricultor será de R\$ 16 mil anuais.

As regras e formulários da modalidade Aquisição de Sementes estão no Manual de Operações da Conab, título 86.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário
Campo Grande News



Projeto multimídia propõe reflexão sobre questão indígena

SÍTIO PORTAL EBC, 18.01.2015

Paulo Virgílio - Repórter da Agência Brasil - Agência Brasil

Um projeto multimídia ocupa desde a última quinta-feira (15) o teatro e o cinema da Caixa Cultural do Rio de Janeiro com a proposta de promover uma reflexão crítica e poética sobre a questão indígena. Com o nome de Tupy or Not To Be: Teatro, Cinema e Novas Mídias, a iniciativa é do grupo teatral Boa Companhia, que atua desde 1992 no estado de São Paulo com foco na pesquisa da linguagem cênica a partir do trabalho do ator.

Na sala teatral, o espetáculo Cartas do Paraíso, dirigido por Verônica Fabrini, tem como base de sua dramaturgia as cartas escritas por jesuítas, exploradores e viajantes nos primeiros tempos da então conhecida como Terra de Santa Cruz ou Pindorama. Os personagens são um cartógrafo, um padre, um degredado e um cômico, vividos pelos atores Alexandre Caetano, Eduardo Osorio, Gustavo Valezi e Moacir Ferraz.

"Procuramos construir uma encenação a partir de pesquisas bibliográficas, iconográficas e sonoras, mas não buscamos uma reconstrução histórica", explica Verônica Fabrini. "Atravessamos o movimento modernista, bradando 'tupi or not tupi', o tropicalismo – 'aqui é o fim do mundo', de Torquato Neto – até desembocarmos na complexidade atual da crise ambiental, da crise ética, neste cenário pré-apocalíptico de um mundo globalizado e bárbaro", detalha a diretora.

Ao longo de sua trajetória, a Boa Companhia encenou textos de autores que vão de Shakespeare a Qorpo Santo, passando por Nelson Rodrigues e Samuel Beckett, além de adaptações de autores literários como Franz Kafka e Hilda Hilst. Os espetáculos do grupo sempre buscam provocar uma reflexão sobre as relações humanas e suas consequências no mundo em que vivemos.

No cinema, o premiado documentário de longa-metragem Corumbiara, de Vicente Carelli, acompanha o indigenista Marcelo Santos em sua denúncia do massacre dos índios da Gleba Corumbiara (RO), ocorrido em 1985. Carelli filma o que resta das evidências da chacina.

O projeto não se esgota no espetáculo teatral e no documentário. Uma oficina para atores e estudantes de teatro e o blog Do Lado de Lá do Paraíso convidam os interessados a colaborar com elementos poéticos ou documentais sobre o tema, desde comentários até fotografias e vídeos de livre criação. Toda a programação é gratuita e fica em cartaz até o próximo dia 25.

A peça pode ser vista de quinta-feira a domingo, às 19h, e o filme será exibido nos dias 23 e 24, às 16h. A Caixa Cultural fica na Avenida Almirante Barroso, 25, no centro do Rio.

Edição Juliana Andrade.



MPE obriga União e Funai demarcarem terras indígenas em MS

SÍTIO CAPITAL NEWS, 19.01.2015

Uma determinação judicial, obriga a União a demarcar terras indígenas e indenizar fazendeiros por áreas ocupadas em Mato Grosso do Sul. O Ministério Público Federal em Mato Grosso do Sul (MPF/MS) conseguiu uma determinação judicial para que a União, por meio da Fundação Nacional do Índio (Funai), agilizasse a demarcação em toda a região centro-sul do estado. O valor a ser pago deve ser o praticado pelo mercado. A medida vale também para as áreas que forem ocupadas após a decisão judicial da 2ª Vara da Justiça Federal de Dourados.

O pagamento deverá ser realizado até que a União “cumpra seu dever fundamental” de demarcar as terras indígenas no estado. O ministro da Justiça será intimado para o cumprimento da decisão em até 30 dias. Caso não o faça, o ministro poderá responder pelo crime de responsabilidade e haverá bloqueio, no orçamento da União, dos recursos necessários para pagar os fazendeiros prejudicados pelas ocupações.

Em 2007, a Fundação Nacional do Índio (Funai) se comprometeu a demarcar as terras indígenas em MS até junho de 2009. Em 2010, a Funai enviou ao MPF justificativa pelo descumprimento do acordo e apresentou novo cronograma para realizar os procedimentos demarcatórios, destacando que iria providenciar os recursos humanos e materiais necessários. Porém, até o momento, publicou apenas um dos diversos relatórios antropológicos pendentes. Diante do atraso, em 2011 o MPF executou judicialmente o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). A Funai já acumula uma multa de R\$ 2 milhões por não cumprir acordos com MPF.

A decisão afirma que a inércia da Funai e da União “demonstra desrespeito à Constituição, ao Ministério Público Federal, ao judiciário, mas, sobretudo, às populações indígenas do Brasil”.

Fonte: Luana Rodrigues - Capital News.



Justiça dá prazo para União reintegrar indígenas em território tradicional

SÍTIO CEDEFES, 19.01.2015

JUSTIÇA DÁ PRAZO DE 3 MESES PARA UNIÃO REINTEGRAR PARENTES GUARANI-KAIOWÁ À TERRA INDÍGENA TEKOHÁ APIKA'Y, EM DOURADOS/MS

São 30 hectares de terra para o necessário assentamento de inúmeras Famílias de PARENTES, da Nação GUARANI-KAIOWÁ, que resiste há 12 anos às margens da BR-463, que passa pela Terra Indígena TEKOHÁAPIKA'Y, no Curral do Arame, em Dourados, distante 214 quilômetros da Capital, Campo Grande. A decisão foi prolatada pelo Douto Juízo da 1ª Vara da Justiça Federal da 3ª região, que fundamentou sua decisão nos termos do artigo 231, da CF/88, que reconhece aos INDÍGENAS sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Segundo o MPF/3ªreg/Ms, um estudo antropológico apontou que os PARENTES foram expulsos de suas terras tradicionais, devido à expansão da pecuária e agricultura, cuja área reivindicada está regida por um Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, assinado em 12 de novembro 2007 pelo MPF/3ª região e pela Fundação Nacional do Índio - Funai, só sendo possível agora, após a morte dos "proprietários".

Depois de expulsos de suas terras, os PARENTES Guarani-Kaiowá vivem sem nenhuma instalação sanitária e acesso à energia elétrica, e utilizam água imprópria para o consumo humano, que coletam em um riacho da região, contaminado por agrotóxicos de lavouras do entorno. Esta situação de vulnerabilidade, pelas condições de vida degradantes, já dura há mais de 12 anos, vitimando crianças, adolescentes e outros a atropelamentos, além do que, os barracos já sofreram com inúmeros incêndios, expondo-os a risco iminente de extinção de sua Raça. Obrigando parte dos PARENTES a trabalhar nas fazendas da região, como mão de obra análoga a de escravo.

O MPF/3ªreg/MS sustenta que, mesmo passando por dificuldades e enfrentando a criminosa violência impetrada pelos fazendeiros, os PARENTES resistem motivados pela profunda ligação material e espiritual com a terra de seus antepassados, ao longo desses anos todos. Muito embora, tenham sido obrigados a fugir após a morte de sua liderança, Hilário Cário de Souza, em 1999, atropelado por funcionário da fazenda que ocupava.

A Ação, sob nº 0001297-68.2014.403.6002, foi ajuizada pelo MPF/3ªreg/MS. O não cumprimento da sentença proferida, sujeitará o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, a ser acionado judicialmente, podendo ser processado por crime de responsabilidade, conforme assevera o Decisum: "Determino desde já a expedição de ofício ao Procurador Geral da República para a apuração de crime de responsabilidade".

Fonte: <http://luarsatere.blogspot.com.br/>



MPF/RO ajuíza ações para que terras quilombolas sejam demarcadas

SÍTIO CEDEFES, 19.01.2015

As comunidades quilombolas Forte Príncipe e Santa Fé, em Costa Marques (RO), aguardam há anos a titulação de suas terras

O Ministério Público Federal (MPF) em Ji Paraná (RO) ajuizou duas ações civis públicas contra a União e contra o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para a delimitação das terras ocupadas pelas comunidades quilombolas de Forte Príncipe e Santa Fé, em Costa Marques (RO). O pedido do MPF é para que a Justiça Federal condene o Incra a concluir imediatamente o trabalho de titulação das terras ocupadas pelos quilombolas.

O MPF apurou que há conflitos entre a comunidade quilombola de Forte Príncipe e o Exército Brasileiro, especialmente porque o território tradicional da comunidade está atualmente afetado ao uso do Exército.

Em 2010, o Incra afirmou que realizaria a regularização do território, mas até agora não houve conclusão do procedimento administrativo para a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação de terras.

A associação da comunidade quilombola já relatou diversas vezes ao MPF divergências com o Exército e solicitou providências quanto à situação de grande preocupação.

Para o procurador da República Henrique Felber Heck, não se pode admitir a demora do INCRA em regularizar o território quilombola, bem como eventuais excessos por parte do Exército que dificultem o desenvolvimento dos hábitos culturais e sociais da comunidade.

Por conta disso, na ação, o MPF pede que o Incra seja obrigado a concluir a titulação das terras, no prazo de 120 dias, sob pena de multa diária de dez mil reais, além de requerer que o Exército não dificulte a execução de políticas públicas e prestação de serviços públicos em favor da comunidade. Caso deferido o pedido, a Justiça pode determinar multa de 50 mil reais ao Exército no caso de descumprimento.

Santa Fé - Em outra ação civil pública, o MPF processou o Incra para obrigá-lo a finalizar o procedimento de demarcação e titulação das terras da comunidade quilombola de Santa Fé, em Costa Marques.

Segundo o procurador da República Henrique Felber Heck, o procedimento se arrasta há anos. Em 2008, servidores fizeram estudos na área, mas apenas após receber uma recomendação do MPF, em dezembro de 2013, o Incra apresentou o relatório antropológico da comunidade, documento imprescindível à regularização fundiária. Entretanto, ainda faltam outros documentos para a conclusão do processo.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 9/ 2015

Brasília, 19 de janeiro de 2015.

“A demora na conclusão desse procedimento, além de causar danos e dificultar a efetivação de direitos sociais, agrava preocupantes conflitos existentes, pois a comunidade quilombola de Santa Fé sofre pressões de vizinhos e até mesmo de autoridades para que deixe o território que tradicionalmente ocupa”, ressalta o procurador.

Na ação, o MPF pediu que a Justiça Federal determinasse ao Incra a conclusão dos trabalhos necessários à demarcação e titulação das terras da comunidade quilombola de Santa Fé, no prazo de 60 dias, aplicando multa diária de dez mil reais em caso de descumprimento.

As ações podem ser consultadas no site da Justiça Federal pelos números 6050-05.2014.4014101 e 6049-20.2014.4014101.

Fonte: Ministério Público Federal em Rondônia.

Justiça barra obras de usina entre PA e MT
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 19.01.2015

Estevão Bertoni – Folha de S.Paulo



Na terra kaiabi, há oito aldeias. Mas existem outras que só os índios conhecem. São as “aldeias dos espíritos”.

Habitadas por personagens mitológicos há ao menos dois séculos, elas se situam em locais que estão prestes a desaparecer devido à construção de uma usina no rio Teles Pires, na divisa entre o Pará e o Mato Grosso.

Orçada em mais de R\$ 2 bilhões, a obra é a hidrelétrica de São Manoel, que integra o PAC 2 (Programa de Aceleração do Crescimento) e está no centro de uma briga judicial.

No fim de dezembro, a pedido do Ministério Público Federal, a Justiça mandou suspendê-la devido ao descumprimento de ações que devem diminuir seu impacto.

CONT.



Foi a sexta liminar favorável à paralisação desde 2011. Outras cinco foram derrubadas pelo governo como argumento de que o atraso numa usina apta a fornecer energia para 2,5 milhões de pessoas afeta a economia.

Agora, o governo alega que nem todas as ações previstas na licença devem ser cumpridas previamente, e a suspensão pode ser revertida a qualquer momento.

Há uma sétima ação proposta pela Promotoria, ainda não julgada. Para o órgão, haverá danos aos índios tão logo 4.000 homens se alojem na região para iniciar a obra.

Planejada para ser erguida a 700 metros de terras indígenas onde vivem 900 kaiabi e, mais ao norte, 8.000 munduruku, a usina vai encobrir com água lugares que, embora fora das áreas demarcadas, são intocáveis para os índios.

Vão desaparecer, por exemplo, o morro do Macaco e a cachoeira das Sete Quedas. "Essa rede de comunicação espiritual envolvendo morros e cachoeiras é um aspecto fundamental das cosmografias [descrições do mundo] indígenas e funciona na afirmação da territorialidade", diz o antropólogo Frederico César Barbosa de Oliveira, cuja tese de doutorado é sobre os kaiabi.

Em 2011, Frederico foi contratado pela EPE (Empresa de Pesquisa Energética), ligada ao Ministério de Minas e Energia, para fazer um estudo do impacto da usina.

Embora crítico à usina, ao final do trabalho Frederico ficou durante sete dias refém dos índios, que exigiram a presença do presidente da Funai.

"Ameaçaram fazer uma gaiola no centro da aldeia, pôr a gente lá e colocar fogo", lembra ele, que foi resgatado de helicóptero com outros funcionários do governo.

Para ele, a rede espiritual faz parte do patrimônio imaterial dos índios, que "é muito difícil de ser mensurado por técnicos do governo" e acaba sendo desconsiderada.

IMPACTOS DIRETOS

O relatório de impacto ambiental afirma que as obras podem causar problemas como o aumento da prostituição e de doenças sexualmente transmissíveis.

Para a Promotoria, há risco de genocídio e não houve consulta aos indígenas. Para o governo, a São Manoel não interfere nas terras indígenas porque estará fora delas. A União diz ainda que os índios tiveram "oportunidade de conhecer o projeto, manifestar-se e influenciar no processo".



Boletim de Notícias - Edição nº 9/ 2015

Brasília, 19 de janeiro de 2015.

Marçal Guarani: uma voz que não se calará
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 19.01.2015

Onildo Lopes dos Santos

Homenagem do Tribunal Popular da Terra -MS ao grande líder indígena Marçal Guarani ou Marçal Tupã'I. Marçal foi assassinado, mas sua voz não se calará.

[Assista ao vídeo.](#)



União deve pagar arrendamento aos produtores que tenham propriedades invadidas por índios no Mato Grosso do Sul
SÍTIO QUESTÃO INDÍGENA, 19.01.2015

Depois de décadas ignorando o lado dos produtores rurais na questão das demarcações, o Ministério Público Federal em Mato Grosso do Sul (MPF/MS) conseguiu uma determinação judicial para que a União pague arrendamento aos produtores rurais que possuem áreas invadidas por índios, em toda a região centro-sul do estado. O valor a ser pago deve ser o praticado pelo mercado. A medida vale também para as áreas que forem invadidas após a decisão judicial da 2ª Vara da Justiça Federal de Dourados.

O pagamento deverá ser realizado até que a União “cumpra seu dever fundamental” de demarcar as terras indígenas no estado. O ministro da Justiça será intimado para o cumprimento da decisão em até 30 dias. Caso não o faça, o ministro poderá responder pelo crime de responsabilidade e haverá bloqueio, no orçamento da União, dos recursos necessários para pagar os fazendeiros prejudicados pelas ocupações.

A decisão foi tomada no processo de execução do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado com a Funai em 2007, pelo qual a Fundação se comprometeu a demarcar milhares de hectares ocupadas como imóveis rurais privados como terras indígenas em Mato Grosso do Sul até junho de 2009. A ação da Funai sob pressão do MPF foi o estopim do conflito entre índios e não índios no estado.

Depois de criar o caos, o MPF agora diz que os proprietários de terras legitimamente adquiridas e que podem vir a ser consideradas terras indígenas, “vivem uma situação de grave insegurança jurídica, com a desvalorização das áreas e a dificuldade de empreender atividades econômicas”.

A mudança de postura do Ministério Público Federal de Mato Grosso do Sul é sintomática das decisões do Supremo Tribunal Federal que vedaram a demarcação de terras privadas como terras indígenas através dos processos administrativos da Funai. O interesse do MPF sempre foi entregar terra aos índios sem se importar com a expropriação e expulsão dos agricultores.

Agora que o STF acabou com a festa, os procuradores estão procurando formas alternativas de dar mais terras aos índios.

Índios yanomami invadem Secretaria de Saúde Indígena em Roraima
SÍTIO QUESTÃO INDÍGENA, 19.01.2015



Cerca de 50 indígenas da etnia Yanomami invadiram na manhã desta segunda-feira (19) o prédio da Secretaria Especial de Saúde Indígena, no Centro de Boa Vista. Armados com arcos, flechas e pedaços de madeira, os indígenas pedem a cabeça da coordenadora do Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami (Dsei-Y), Maria de Jesus do Nascimento. A secretária anterior, Claudete Schuertz, já foi exonerada depois de um protesto semelhante em 2013. A Polícia Militar foi acionada e acompanha o protesto sem intervir.

Conforme servidores do local, os índios entraram no prédio e começaram a cantar em protesto. De acordo com o líder indígena Júnior Yanomami, não há remédios e atendimento médico na área indígena. A manifestação só será encerrada "quando a Maria do Nascimento for exonerada". Até que isso ocorra, eles impedirão que a administração da Sesai entre no prédio.

"A saúde só tem piorado nos últimos quatro anos na nossa terra indígena e por isso estamos aqui reivindicando melhorias para as nossas crianças. Só sairemos quando a Maria também sair do cargo", disse o líder do movimento.

Ministério Público pressiona por ampliação de Terra Indígena no Tocantins
SÍTIO QUESTÃO INDÍGENA, 19.01.2015



Procuradora encontra índios.

O Ministério Público Federal do Tocantins esteve essa semana no trecho da rodovia TO-210 nas proximidades de Tocantinópolis que interditado por índios Apinajé que reivindicam a ampliação da sua terra indígena. Depois de prometer aos índios tudo o que eles queriam, a procuradora da República Ludmilla Mota conseguiu a liberação da Rodovia.

Os índios se manifestavam contra o plantio de eucalipto de um área próxima a área já demarcada. A área não é terra indígena, o produtor rural tem licença ambiental, mas os indígenas consideram que a área é deles e querem a interrupção da atividade agrícola e ampliação da área demarcada.

A procuradora da República Ludmilla Vieira de Souza Mota se reuniu com as lideranças indígenas no local da ocupação e se comprometeu a promover uma audiência pública para debater o caso, principal reivindicação para que o tráfego fosse estabelecido no local.

Programada para primeira semana de fevereiro, a audiência terá participação do Naturatins, Funai, Ibama e indígenas apinajé e krahô, para debater a situação dos licenciamentos ambientais concedidos no entorno de terras indígenas. O Ministério Público quer que o Naturatins esclareça se o licenciamentos no entorno das áreas demarcadas no estado estão sendo feitos de acordo com a Instrução Normativa 01/2012, que exige autorização da Funai.

CONT.



De acordo com o MPF/TO, apesar dos produtores rurais estarem fora da área demarcada e estarem respaldados por licenças ambientais, a área é território reivindicado pelo povo apinajé, em processo de regularização fundiária, e as licenças foram concedidas sem a participação do Ibama e da Funai.

A procuradora já oficiou o órgão ambiental do estado para que esclareça a situação e apresente a documentação referente às licenças ambientais concedidas às duas fazendas de propriedade de Eloisio Flávio Andrade, ambas conhecidas como Fazenda Gois I, em Tocantinópolis, limítrofes à terra indígena apinajé. Também foi questionado porque as licenças foram concedidas sem a oitiva do Ibama e da Funai e se foram analisados os impactos da atividade para os indígenas que vivem nas imediações.

Na quinta-feira, Ludmilla esteve em contato com o presidente do Naturatins que garantiu a visita de uma equipe até as fazendas, pois as licenças não haviam sido concedidas para o plantio de eucalipto e sim para outro fim. A procuradora também foi até as fazendas, que ficam muito próximas às aldeias, onde vivem cerca de 800 índios.

Sobre pressão do Ministério Público, servidores do Naturatins autuaram as fazendas por estarem desenvolvendo atividades em desconformidade com as licenças concedidas que, segundo eles, não foram emitidas para plantio de eucaliptos. Depois que os produtores rurais foram multados, por volta das 16 horas de sexta-feira, os índios desocuparam a rodovia.

O Ministério Público Federal busca agora a anulação das licenças. O Naturatins garantiu que irá verificar detalhadamente a emissão e a viabilidade de seus cancelamentos. "Caso não haja uma resposta positiva quanto ao cancelamento, desde logo pretendo expedir recomendação ao Naturatins para obediência à Instrução Normativa n. 01/2012, no sentido de que a Funai participe do processo de licenciamento ambiental de áreas que afetam terras e povos indígenas", explica Ludmilla.



Ruralistas defendem eleição de Eduardo Cunha

SÍTIO BRASIL 247, 19.01.2015

Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) divulgou nota aos deputados eleitos e reeleitos, defendendo o voto no deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) para presidente da Câmara; segundo o presidente da bancada, deputado Luis Carlos Heinze (PP-RS), Cunha se comprometeu a defender o "fortalecimento do setor rural e valorização do homem do campo e das entidades que os representam"; "Escolher um colega experiente, dedicado e profundo conhecedor dos meandros do Congresso Nacional é imprescindível para a dignidade da Câmara Federal", diz o texto



247 - A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), bancada de defende os interesses dos ruralistas na Câmara Federal, divulgou nota aos deputados eleitos e reeleitos, defendendo o voto no deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) para presidente da Câmara.

Segundo a nota da FPA, assinada pelo presidente Luis Carlos Heinze (PP-RS), e pelo presidente eleito, Marcos Montes (PSD-MG), o apoio a Eduardo Cunha foi decidida após reunião em que o peemedebista se comprometeu a defender o "fortalecimento do setor rural e valorização do homem do campo e das entidades que os representam".

"Escolher um colega experiente, dedicado e profundo conhecedor dos meandros do Congresso Nacional é imprescindível para a dignidade da Câmara Federal", afirmou Frente de deputados.

A Bancada Ruralista avisou que irá cobrar a defesa temas polêmicos, como a Proposta de Emenda à Constituição 215, que transfere do governo federal para o Congresso o poder de demarcação de terras indígenas.

"Não é de hoje que enfrentamos os desafios com destemor. Foi assim na aprovação do Código Florestal, na revisão dos índices de produtividade, no emplacamento de máquinas agrícolas

CONT.



etc. E será assim na demarcação de terras indígenas, no projeto de acesso aos recursos genéticos, trabalho escravo, na legislação sobre agroquímicos, na lei trabalhista específica para o trabalhador rural, entre outros temas", diz o texto.

Eduardo Cunha disputa a presidência da Câmara com os deputados Arlindo Chinaglia (PT-SP) e Júlio Delgado (PSB-PE).

Leia na íntegra a nota da FPA aos deputados.

"Nobres deputados,

A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) expressa suas boas-vindas ao colega que chega ao mesmo tempo em que deseja sucesso nessa nova e importante empreitada, sempre em defesa dos ideais mais sublimes e dos interesses daqueles que o elegeram para o mandato na Câmara Federal.

Aproveitamos esta oportunidade para comunicar nossa decisão de apoiar o combativo líder Eduardo Cunha (PMDB-RJ) para presidente da Câmara Federal. E nesse sentido o convidamos também a engrossar essa fileira conosco.

Como se sabe, no próximo dia 1º de fevereiro, seremos convocados a eleger a nova Mesa Diretora desta Casa para o biênio 2015/2016. Nessa data, escolher um colega experiente, dedicado e profundo conhecedor dos meandros do Congresso Nacional é imprescindível para a dignidade da Câmara Federal. Nosso apoio ao diligente Eduardo Cunha é resultante de encontro que tivemos com ele, quando se mostrou disposto a protagonizar a altivez da Câmara em relação ao Executivo, pretensão essa compartilhada por todos nós.

Saibam que à frente desta entidade – a FPA –, temos nos esforçado em combater o bom combate, sempre em prol do fortalecimento do setor rural e valorização do homem do campo e das entidades que os representam. Não é de hoje que enfrentamos os desafios com destemor. Foi assim na aprovação do Código Florestal, na revisão dos índices de produtividade, no emplantamento de máquinas agrícolas etc. E será assim na demarcação de terras indígenas, no projeto de acesso aos recursos genéticos, trabalho escravo, na legislação sobre agroquímicos, na lei trabalhista específica para o trabalhador rural, entre outros temas.

Eduardo Cunha sinalizou que as nossas bandeiras serão por ele também conduzidas, a exemplo do que fez o presidente Henrique Eduardo Alves, a quem emprestamos apoio dois anos atrás para comandar esta Casa. Aliás, Alves reconheceu (é bom que se diga) que sua vitória se deveu aos decisivos votos da conhecida, atuante e suprapartidária bancada ruralista. Estamos confiantes de que eleito Eduardo Cunha reconhecerá o nosso peso e abraçará as nossas causas. Este é o nosso desejo. Por isso mesmo é que estamos recomendando nele votar, unidos, eis que nenhum de nós é tão forte quanto todos nós juntos.

*Luis Carlos Heinze (PP-RS) - Presidente da FPA

*Marcos Montes (PSD-MG) – Presidente eleito da FPA"

Armados, índios ocupam Secretaria de Saúde Indígena em RR

SÍTIO GLOBO.COM (G1), 19.01.2015

50 índios estão ocupando o prédio nesta segunda-feira (19) em Boa Vista. G1 entrou em contato com o Ministério da Saúde e aguarda retorno.



Índigenas ocupam o prédio da Secretaria Especial de Saúde Indígena e pedem a saída de coordenadora do Dsei-Y
(Foto: Jackson Félix/ G1 RR)

Cerca de 50 indígenas da etnia Yanomami invadiram na manhã desta segunda-feira (19) o prédio da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), no Centro de Boa Vista. Armados com arcos, flechas e pedaços de madeira, os indígenas cobram a saída da coordenadora do Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami (Dsei-Y), Maria de Jesus do Nascimento.

Conforme servidores do local, por volta das 6h28 (horário local) os índios entraram no prédio e começaram a cantar em protesto. Eles estavam pintados de preto em símbolo "ao luto pela situação da Terra Indígena Yanomami [TIY]", segundo informou ao G1, o líder indígena Júnior Yanomami. A Polícia Militar foi acionada e acompanha o protesto sem intervir.

Segundo Júnior, não há remédios e atendimento médico na área indígena. A manifestação é pacífica, mas só será encerrada "quando a Maria do Nascimento for exonerada". Até que isso ocorra, eles impedirão que a administração da Sesai entre no prédio.

"A saúde só tem piorado nos últimos quatro anos na nossa terra indígena e por isso estamos aqui reivindicando melhorias para as nossas crianças. Só sairemos quando a Maria também sair do cargo", disse.

Ainda segundo a liderança, os indígenas não escolheram quem deve ser o novo titular do Dsei-Y, mas devem se reunir nos próximos dias e indicar um nome ao Ministério da Saúde.

Os yanomami já haviam invadido a Sesai em 2013. À época, eles cobravam a saída da também coordenadora do Dsey-Y, Claudete Schuertz. Após cinco dias de ocupação, ela foi exonerada e atual gestora da pasta, Maria do Nascimento, foi empossada no cargo. O G1 entrou em contato por email com o Ministério da Saúde e aguarda retorno.

Elias Ishy destaca a importância das mobilizações sociais

SÍTIO JORNAL AGORA MS, 19.01.2015



Vereador Elias Ishy faz avaliação positiva do mandato
e destaca apoio às causas sociais
Foto: Thiago Morais/CMD

Ao avaliar as ações do mandato em 2014, o vereador Elias Ishy (PT) destacou a participação em várias mobilizações sociais como as greves na Saúde e na Educação, lutas por moradia, pela educação indígena e contra a violência nas aldeias.

“Por meio das mobilizações a sociedade expressa seu descontentamento com as situações precárias que lhe são impostas pela falta de diálogo, de planejamento e de ações efetivas para solucionar os problemas que lhe afligem. Nosso mandato atuou como porta-voz desses movimentos, buscando promover o diálogo. Algumas conquistas foram alcançadas, mas muitas reivindicações apresentadas pela população permanecem como desafios para Dourados”, afirmou Ishy.

Moradia

O déficit habitacional continua alto, mesmo com todos os investimentos do Governo Federal, como os residenciais Dioclécio Artuzi e Harrison de Figueiredo. Centenas de famílias ocuparam o Residencial Estrela Guassu, no Jardim Clímax, onde deveriam ter sido construídas 200 casas com recursos de R\$ 4,3 milhões liberados em 2011, e uma área ao lado do Centro de Referência de Assistência Social do Jardim Jockey Club. Ao longo ano, fizeram diversas manifestações na Câmara e em solenidades da Prefeitura.

CONT.



Saúde

Os cortes em programas e plantões levaram à precariedade no atendimento aos pacientes do SUS (Sistema Único de Saúde) e motivaram protestos dos servidores municipais da Saúde, que pediam também reajuste anual de salários. A demora na ativação da UPA (Unidade de Pronto Atendimento) 24 horas e as deficiências no Hospital da Vida se arrastaram durante o ano, tendo na criação da Fundação Municipal de Saúde para o gerenciamento do HV uma possibilidade de melhorias no setor.

“Dentre outros desafios, é preciso investir mais em ações de combate às endemias, com a melhoria nas condições de trabalho e o pagamento do piso salarial aos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias”, apontou Ishy.

Educação

A Educação municipal passou por grandes embates como a greve que durou 30 dias e obrigou a Prefeitura a conceder o reajuste salarial e readequar o PCCR dos professores e administrativos. Ishy ressalta o engajamento do Simted, que conduziu a mobilização com coerência e obstinação, fortalecendo a categoria.

Um dos desafios para 2015 é resolver a situação precária nas escolas indígenas, onde há superlotação de salas de aula e 600 crianças ficaram sem acesso a Educação por falta de vagas. Ishy propôs uma audiência pública, a ser realizada em fevereiro de 2015, com o objetivo de apurar as responsabilidades sobre a educação indígena.

A falta de vagas na Educação Infantil em todo o município torna urgente a finalização das obras dos nove Ceims que estão sendo construídos com recursos do Governo Federal. Ishy cobrou a realização de concurso público para a Educação, pois desde a realização do último em 2008, o município acumula um déficit de 800 vagas para professores.

Aldeias

Ishy também acompanhou as mobilizações realizadas pela comunidade indígena pedindo segurança nas aldeias, onde os índices de violência aumentaram consideravelmente, e sinalizações na Perimetral Norte, que continua oferecendo riscos à população que circula pela rodovia.

Encaminhamentos

O mandato apresentou 97 indicações, 86 requerimentos, 13 projetos de leis e 01 emenda, apontando as demandas da população e atuando na fiscalização das obras públicas e atos do

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 9/ 2015

Brasília, 19 de janeiro de 2015.

executivo municipal. Um dos projetos de lei em tramitação prevê o envio de relatórios periódicos sobre o andamento das obras à Câmara Municipal. (Assessoria Parlamentar)

União deve demarcar terras indígenas e indenizar fazendeiros por áreas ocupadas em MS

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 19.01.2015

Funai acumula multa de R\$ 2 milhões por não cumprir acordo com MPF. Inércia da União representa desrespeito às populações indígenas do país.



MPF/MS

O Ministério Público Federal em Mato Grosso do Sul (MPF/MS) conseguiu determinação judicial para que a União demarque as terras indígenas e pague arrendamento aos fazendeiros que possuem áreas ocupadas por índios, em toda a região centro-sul do estado. O valor a ser pago deve ser o praticado pelo mercado. A medida vale também para as áreas que forem ocupadas após a decisão judicial da 2ª Vara da Justiça Federal de Dourados.

O pagamento deverá ser realizado até que a União “cumpra seu dever fundamental” de demarcar as terras indígenas no estado. O ministro da Justiça será intimado para o cumprimento da decisão em até 30 dias. Caso não o faça, o ministro poderá responder pelo crime de responsabilidade e haverá bloqueio, no orçamento da União, dos recursos necessários para pagar os fazendeiros prejudicados pelas ocupações.

A decisão foi tomada após o Ministério Público Federal executar judicialmente o Termo de

CONT.



Ajustamento de Conduta (TAC) firmado com a Fundação Nacional do Índio (Funai) em 2007, pelo qual a Fundação se comprometeu a demarcar as terras indígenas em MS até junho de 2009. Em 2010, a Funai enviou ao MPF justificativa pelo descumprimento do acordo e apresentou novo cronograma para realizar os procedimentos demarcatórios, destacando que iria providenciar os recursos humanos e materiais necessários. Porém, até o momento, publicou apenas um dos diversos relatórios antropológicos pendentes. Diante do atraso, em 2011 o MPF executou judicialmente o TAC.

Prejuízo incalculável

Para o MPF, a situação de vulnerabilidade a que estão submetidos os indígenas “ocasiona prejuízos incalculáveis, com a perda de aspectos culturais e da própria vida de índios”. Por outro lado, os proprietários de terras, legitimamente adquiridas e que podem vir a ser consideradas de ocupação tradicional indígena, “vivem uma situação de grave insegurança jurídica, com a desvalorização das áreas e a dificuldade de empreender atividades econômicas”.

A decisão afirma que a inércia da Funai e da União “demonstra desrespeito à Constituição, ao Ministério Público Federal, ao judiciário, mas, sobretudo, às populações indígenas do Brasil”.

O TAC é um título executivo extrajudicial, instrumento utilizado pelo Ministério Público Federal para resolver um problema evitando o recurso à Justiça. Quando assinou o TAC, em 2007, a Funai reconheceu a omissão em relação à demarcação de terras indígenas no estado. Por isso, basta ao juiz receber a petição do MPF e ordenar sua execução, sem qualquer julgamento de mérito.

Muito índio, pouca terra

Mato Grosso do Sul tem a segunda maior população indígena do país, mais de 70 mil pessoas divididas em várias etnias. Apesar disso, somente 0,2% da área do estado é ocupada por terras indígenas. As áreas ocupadas pelas lavouras de soja (1.100.000 ha) e cana (425.000 ha) são, respectivamente, dez e trinta vezes maiores que a soma das terras ocupadas por índios em Mato Grosso do Sul.

A taxa de assassinatos entre os guarani – cem por cem mil habitantes – é quatro vezes maior que a média nacional, enquanto a média mundial é de 8,8. O índice de suicídios entre os guarani-kaiowá é de 85 por cem mil pessoas. Em Dourados, há uma reserva com cerca de 3600 hectares, constituída na década de 1920. Existem ali duas aldeias – Jaguapiru e Bororó – com cerca de 14 mil indígenas. A densidade demográfica é de 0.3 hectares/pessoa. O procurador Marco Antonio Delfino de Almeida aponta que “esta condição demográfica é comparável a verdadeiro confinamento humano. Em espaços tão diminutos é impossível a reprodução da vida social, econômica e cultural.

CONT.



Indenização a proprietários

Em 2013, após a morte do índio terena Oziel Gabriel – baleado durante ação policial para reintegração de posse da Fazenda Buriti, em Sidrolândia, a 70 quilômetros de Campo Grande (MS) -, o Ministério da Justiça montou grupos de trabalho para viabilizar solução aos conflitos indígenas no estado.

Realizados estudos sobre o valor da terra, o grupo – composto por proprietários rurais, indígenas e membros do poder público -, apresentou proposta de compra da área da Terra Indígena Buriti, que abrange a Fazenda Buriti e outras áreas. O valor, R\$ 78 milhões, foi recusado por alguns proprietários e por isso o acordo não foi fechado.

Nenhuma outra proposta foi apresentada. Enquanto isso, segue o conflito fundiário em Mato Grosso do Sul, considerado pelo MPF o mais grave do país.

[Clique aqui](#) para ler o TAC das demarcações.

Referência processual na Justiça Federal de Dourados:

Cumprimento do TAC: 0003543.76.2010.4.03.6002

Multa pelo descumprimento: 0003544.61.2010.4.03.6002

Foto: Ao não demarcar, União desrespeita indígenas. Foto: Ascom MPF/MS

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Marcelo Christovão.



A importância das florestas

SÍTIO POVOS INDÍGENAS NO BRASIL, 19.01.2015

A Declaração de Nova Iorque sobre Florestas também mostra o caminho a seguir para um acordo climático mundial, com papéis claros para países florestais, economias desenvolvidas, sociedade civil, povos indígenas e setor privado.

Autor: POLMAN, Paul

Fonte: Valor Econômico, Opinião, p. A11

Por Paul Polman

Foi Ghandi quem disse: "O que estamos fazendo às florestas do mundo é apenas um reflexo do que estamos fazendo a nós mesmos e uns aos outros". Essa sabedoria antecedeu em meio século nosso conhecimento sobre a problemática das mudanças climáticas, mas não poderia ser mais profética.

A destruição das florestas naturais é responsável por até 15% das emissões que modificam o clima, maior do que a do setor de transportes inteiro. E a saúde das florestas está intimamente ligada a nossa capacidade futura de alimentar uma comunidade mundial de 9 bilhões de pessoas - quando mesmo hoje 800 milhões de pessoas ainda passam fome. Precisamos mais alimentos, mais florestas, melhores condições de vida para os pequenos agricultores - e menos emissões. Se quisermos algumas dessas coisas, necessitaremos todas elas.

As florestas foram o centro das atenções nas negociações sobre o clima em Lima, ao mesmo tempo em que as pessoas vão se dando conta da escala do desafio climático e da importância de um plano de ação focado nas florestas, se quisermos viabilizar a segurança climática e alimentar. Líderes de países florestais, grupos indígenas, CEOs de empresas, sociedade civil e funcionários das Nações Unidas reuniram-se em uma série de encontros para descobrir como fazer exatamente isso.

Financiamento internacional, na forma dos fundos multilaterais REDD+, estão sendo alocados em montantes cada vez mais elevados, com impacto potencialmente efetivo em países como Indonésia, Peru, Brasil e Paraguai. O papel dos povos indígenas na proteção das florestas - e a importância das reformas de governança para as questões de posse da terra -, estão, já não é sem hora, sendo compreendidos e assumidos.

Essas discussões estão fundamentadas também em exemplos que mostram o que pode ser feito. Desde 2005, a taxa de desmatamento no Brasil caiu 70% abaixo da média histórica, enquanto, ao mesmo tempo, a produção de alimentos cresceu cerca de 50%. Uma combinação

CONT.



de políticas públicas e engajamento do setor privado, evitaram o lançamento de 3,5 bilhões de toneladas de dióxido de carbono na atmosfera, fazendo do Brasil um líder mundial em mitigação das mudanças climáticas. México e El Salvador - vizinhos latino-americanos do Brasil -, também fizeram bons progressos, pioneiros, respectivamente, em pagamento por serviços de ecossistemas e restauração florestal.

Essa liderança manifesta-se no fim de um ano em que ocorreu também uma mudança sem precedentes de paradigma em termos de engajamento empresarial no sentido de combater o desmatamento. Em vista da vigorosa sinalização via engajamento do "Consumer Goods Forum" para desmatamento zero até 2020, o mercado vem mudando rapidamente. Extraordinários 96% do óleo de palma comercializado em todo o mundo são, atualmente, condicionados ao não desmatamento, na esteira de um recente anúncio da Musim Mas, uma das maiores produtoras de óleo de palma na Indonésia. A Tropical Forest Alliance, uma parceria público-privada reunindo empresas de bens de consumo, governos e ONGs, está agora trabalhando em diversos países para converter esses engajamentos em progressos efetivos.

O progresso na Indonésia foi recentemente impulsionado pelo anúncio, pelo presidente Widodo, de repressão ao desmatamento e à destruição de terrenos de turfa; e, no Brasil, pela extensão da "moratória da soja" até maio de 2016, assegurando que o desmatamento "movido a soja" não aumente enquanto é implementado o novo Código Florestal do país.

Outros países também estão avançando muito rápido. No âmbito das negociações da ONU, sob a bandeira da "Lima Challenge", 13 países florestais de todo o mundo, entre eles a Colômbia, o Peru e a Libéria - comprometeram-se a apresentar planos de reduções de emissões de florestas, enfatizando o que poderiam alcançar com seus próprios esforços e o que mais seriam capazes de fazer com apoio e parceria internacionais. Esses países estão começando a romper a tradicional divisão entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento persistente nas negociações climáticas até hoje. Em vista dos principais avanços obtidos na conferência de Lima - a superação dessa divisão e a criação de obrigações de redução de emissões impostas a todos os países -, certamente veremos mais desses tipos de desafios positivos.

Uma vez que as metas ambicionadas constantes da minuta de documento final são ainda inaceitavelmente baixas, as ambiciosas metas para os países florestais, em parceria com as economias desenvolvidas e o setor privado, são um exemplo das mudanças no pensamento e nas práticas necessárias para assegurar uma conversão para baixo carbono.

A Declaração de Nova Iorque sobre Florestas, divulgada durante Cúpula do Clima promovida pelo Secretário Geral da ONU em setembro, também mostra o caminho a seguir para um acordo climático mundial, com papéis claros para países florestais, economias desenvolvidas, sociedade civil, povos indígenas e setor privado. E a energia e entusiasmo dos tomadores de decisões no sentido de adotar uma abordagem abrangente - tratando florestas e agricultura como parte de um todo maior - rompendo barreiras e mostrando que as mudanças transformadoras estão ao nosso alcance.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 9/ 2015

Brasília, 19 de janeiro de 2015.

Cinquenta anos após a percepção de Gandhi, precisamos fazer uma escolha sobre nosso futuro e o das florestas que nos sustentam. Nós sabemos qual escolha temos de fazer. (Tradução de Sergio Blum).

Paul Polman é CEO da Unilever.

Valor Econômico, 19/01/2015, Opinião, p. A11.

Indígenas ocupam Sesai e reivindicam melhorias na saúde, em Roraima

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 19.01.2015

Grupo alega abandono das autoridades na área da saúde e sobre mortes de crianças sem o devido esclarecimento



Jaqueline Pontes, Portal Amazônia

Um grupo de indígenas da etnia Yanomami ocuparam a sede da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), na manhã desta segunda-feira (19). Os manifestantes afirmam que o Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami (Dsei-Y) abandonou as comunidades e os indígenas sofrem com a falta de saúde de qualidade.

De acordo com um dos líderes da manifestação Anselmo Yanomami, há mortes de crianças sem o devido esclarecimento, falta de medicamentos nas comunidades, atendimento precário na casa de saúde e a cada dia que se passa a situação fica mais caótica. "No ano passado a gente sofreu, mas hoje está ainda pior a nossa saúde", disse o líder.

Os indígenas afirmam que permanecerão no prédio até que o Ministério da Saúde atenda as reivindicações. Apenas 30% dos servidores foram autorizados a entrar no prédio para trabalhar, os demais foram impedidos pelos manifestantes. "É uma manifestação pacífica. A gente liberou os serviços que consideramos principais", contou Anselmo Yanomami.

CONT.



Nas reivindicações enviadas a Brasília, os indígenas pedem a exoneração da atual coordenadora do Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami, Maria de Jesus Nascimento, empossada no dia 15 de maio de 2013. A atual coordenadora substituiu Joana Claudete Schuertz, que saiu do cargo após reivindicações do mesmo grupo indígena.

Segundo o líder, Roberto Yanomami, as comunidades sofrem devido à falta de atendimento de qualidade na saúde. Ainda conforme o Yanomami, nos últimos meses, o helicóptero não realiza mais voos até as comunidades para resgatar os doentes. "Ninguém está aqui para constranger ninguém. Sabemos que existe o nosso dever e direito, por isso queremos que respeitem os nossos direitos", contou.

O Portal Amazônia entrou em contato com o Ministério da Saúde (MS) e recebeu informações sobre as denúncias e a manifestação, mas até a publicação desta matéria não houve retorno. A reportagem tentou falar com a coordenadora Maria de Jesus Nascimento, mas a mesma não foi localizada.

Manifestação anterior

No ano de 2013, um grupo de indígenas ocupou o prédio da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai). Os índios reivindicaram a exoneração da coordenadora do Distrito Sanitário Especial indígena Yanomami, Claudete Schuertz. Após alguns dias da ocupação dos índios, Claudete foi exonerada do cargo e Maria de Jesus Nascimento assumiu a função.

Foto: Apenas 30% dos serviços da Sesai funcionam. Foto: Jaqueline Pontes/ Portal Amazônia.



Justiça barra megaobra em local sagrado para índios

SÍTIO CEDEFES, 19.01.2015

Justiça barra megaobra em local sagrado para índios entre PA e MT

Na terra kaiabi, há oito aldeias. Mas existem outras que só os índios conhecem. São as "aldeias dos espíritos".

Habitadas por personagens mitológicos há ao menos dois séculos, elas se situam em locais que estão prestes a desaparecer devido à construção de uma usina no rio Teles Pires, na divisa entre o Pará e o Mato Grosso.

Orçada em mais de R\$ 2 bilhões, a obra é a hidrelétrica de São Manoel, que integra o PAC 2 (Programa de Aceleração do Crescimento) e está no centro de uma briga judicial. Editoria de Arte/Folhapress

No fim de dezembro, a pedido do Ministério Público Federal, a Justiça mandou suspendê-la devido ao descumprimento de ações que devem diminuir seu impacto.

Foi a sexta liminar favorável à paralisação desde 2011. Outras cinco foram derrubadas pelo governo como argumento de que o atraso numa usina apta a fornecer energia para 2,5 milhões de pessoas afeta a economia.

Agora, o governo alega que nem todas as ações previstas na licença devem ser cumpridas previamente, e a suspensão pode ser revertida a qualquer momento.

Há uma sétima ação proposta pela Promotoria, ainda não julgada. Para o órgão, haverá danos aos índios tão logo 4.000 homens se alojem na região para iniciar a obra.

Planejada para ser erguida a 700 metros de terras indígenas onde vivem 900 kaiabi e, mais ao norte, 8.000 munduruku, a usina vai encobrir com água lugares que, embora fora das áreas demarcadas, são intocáveis para os índios.

Vão desaparecer, por exemplo, o morro do Macaco e a cachoeira das Sete Quedas. "Essa rede de comunicação espiritual envolvendo morros e cachoeiras é um aspecto fundamental das cosmografias [descrições do mundo] indígenas e funciona na afirmação da territorialidade", diz o antropólogo Frederico César Barbosa de Oliveira, cuja tese de doutorado é sobre os kaiabi.

Em 2011, Frederico foi contratado pela EPE (Empresa de Pesquisa Energética), ligada ao Ministério de Minas e Energia, para fazer um estudo do impacto da usina.

Embora crítico à usina, ao final do trabalho Frederico ficou durante sete dias refém dos índios, que exigiram a presença do presidente da Funai.

CONT.



"Ameaçaram fazer uma gaiola no centro da aldeia, pôr a gente lá e colocar fogo", lembra ele, que foi resgatado de helicóptero com outros funcionários do governo.

Para ele, a rede espiritual faz parte do patrimônio imaterial dos índios, que "é muito difícil de ser mensurado por técnicos do governo" e acaba sendo desconsiderada.

IMPACTOS DIRETOS

O relatório de impacto ambiental afirma que as obras podem causar problemas como o aumento da prostituição e de doenças sexualmente transmissíveis.

Para a Promotoria, há risco de genocídio e não houve consulta aos indígenas. Para o governo, a São Manoel não interfere nas terras indígenas porque estará fora delas. A União diz ainda que os índios tiveram "oportunidade de conhecer o projeto, manifestar-se e influenciar no processo".

Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/>

Indígena acreano condena projeto de REDD e acusa Governo e ONGs de "comprarem" parentes

SÍTIO O NORTÃO JORNAL, 19.01.2015

É lamentável que se juntam com essas pessoas alguns de nossos irmãos, muitas das vezes sendo usados, por ONG's, por governos, por políticos para atacarem seus próprios irmãos.



Os povos indígenas têm construído de maneira direta com este Estado Brasileiro, não somente com o desenvolvimento humano, mas economicamente, culturalmente, ambientalmente e lutando para ver um dia o "Bem Viver" acontecer. Ao contrário de tudo os Brasileiros políticos juntamente com seus comparsas, lutam para tudo destruir e destruir a milenar história dos povos "indígenas", nas tentativas de tirarem o que ainda nos resta, como nossos territórios tradicionais e sagrados, lutam na tentativa de acabar com nossos costumes e tradições, em nome de um sistema integracionista herança da colonização.

É lamentável que se juntam com essas pessoas alguns de nossos irmãos, muitas das vezes sendo usados, por ONG's, por governos, por políticos para atacarem seus próprios irmãos, na

CONT.



ilusão de acreditarem que são pessoas importantes como os "Branços". Ao final de tudo isso, mulheres e crianças e idosos de nosso povos sofrem os impactos, das discórdias de nossos líderes, uns lutando para defender nossos territórios tradicionais para nossas futuras gerações, outros e a minorias defendendo os interesses de ONG'S e de governos, por traca de micharias de alguns dinheiros, onde vamos para com isso?

... Eu Ninawa Huni kui e minha comunidade, apoiamos a iniciativa do parente e liderança Henrique Suruí, porque sabemos no corpo e no espirito o que essas pessoas má querem fazer com nossas famílias, apos destruí-nos." digo a todos os líderes e guerreiros, afiem as pontas de suas lanças, troquem as cordas de seus arcos, chamem as forças de seus ancestrais e vamos caminhar juntos, porque 2015 já chegou, não podemos deixar os inimigos nos atacar por primeiro.

Autor: Ninawa Huni kui

Fonte: O Nortão



Boletim de Notícias - Edição nº 9/ 2015

Brasília, 19 de janeiro de 2015.

Emater de Capanema recebe comitiva de índios Tembé

SÍTIO AGÊNCIA PARÁ, 19.01.2015

A equipe local da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará (Emater) em Capanema recebe, no próximo dia 22, a visita de cinco caciques da etnia Tembé para discutir o acesso ao Programa Minha Casa Minha Vida. Os indígenas passam a ter acesso ao incentivo habitacional este ano, mas precisam do Documento de Aptidão ao Pronaf (DAP), fornecido pelo órgão estadual, para se habilitar ao processo. Só no final do ano passado, cerca de 100 DAPs foram entregues aos indígenas.

De Capanema, a equipe técnica e a comissão dos Tembé seguem para São João de Pirabas, onde conhecerão o projeto implantado naquele município para criação racional de pirarucu. A Emater quer implementar a piscicultura junto às aldeias da região, envolvendo, neste primeiro momento, cinco das 13 comunidades existentes.

Data da Pauta: 22/01/2015 09:00:00
Expira em: 22/01/2015 13:00:00
Local: Capanema
Endereço: Av João Paulo II, nº 549 - Bairro Areia Branca
Contatos: Iolanda Lopes (Ascom Emater): 9 8883 9452